

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
Resolução do Conselho do Governo n.º 92/2011 de 8 de Julho de 2011

A EUROSCUT AÇORES – Sociedade Concessionária da SCUT dos Açores, S.A., doravante designada apenas por EUROSCUT AÇORES, é concessionária para a concepção, construção, financiamento, conservação e exploração dos Lanços e conjuntos viários associados na ilha de São Miguel, em regime de portagem sem cobrança ao utilizador, definidos na Base II, anexa ao Decreto Legislativo Regional n.º 44/2006/A de 2 de Novembro;

Considerando que o contrato de concessão entre a EUROSCUT AÇORES e a Região Autónoma dos Açores foi celebrado em 15 de Dezembro de 2006;

Considerando que integram o objecto da concessão outorgada à EUROSCUT AÇORES a “Variante à E.R. 1 – 1ª – Barreiros – Ribeira Funda (Pico da Criação)” e a “Variante à E.R. 1 – 1ª – Fenais da Ajuda – Nordeste (Fenais da Ajuda - Achadinha; Achadinha -Nordeste)”, conforme previsto nas subalíneas vi) e vii) da alínea a) do n.º 2 da Base II, anteriormente referida;

Considerando que está consignado no n.º 2 da Base XXI, anexa ao Decreto Legislativo Regional n.º 44/2006/A de 2 de Novembro, que são de utilidade pública, com carácter de urgência, todas as expropriações a realizar para o estabelecimento da concessão;

Considerando que, nos termos da referida Base XXI, compete à concessionária, como entidade expropriante, a condução e realização dos processos expropriativos dos bens ou direitos necessários ao estabelecimento da concessão;

Considerando que, em 07 de Junho de 2011, foi requerido, pela EUROSCUT AÇORES, ao Governo Regional dos Açores a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, dos bens imóveis necessários à execução do “Lanço 3.1 – Barreiros/Algarvia – Aditamento 2”, integrado nas obras referidas subalíneas vi) e vii) da alínea a) do n.º 2 da Base II;

Considerando que urge, assim, proceder à expropriação das parcelas necessárias à execução dos trabalhos inerentes ao projecto de execução da mencionada obra de forma a assegurar-se a prossecução ininterrupta dos mesmos e o cumprimento dos prazos fixados para a abertura do tráfego;

Considerando que o projecto de execução de expropriações do “Lanço 3.1 – Barreiros/Algarvia – Aditamento 2”, do qual fazem parte integrante as plantas parcelares BAAL – P20.1.0 – SC13 – 01B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 02B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 03B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 04B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 05B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 06B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 07B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 08B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 09B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 11B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 12B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 13B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 14B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 15B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 16B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 17B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 18B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 19B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 20B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 21B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 22B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 23B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 24B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 25B e respectivo mapa de áreas, foi aprovado, após esclarecimento ao despacho do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos de 25 de Maio de 2011, em 1 de Junho de 2011;

Considerando que os prédios necessários à construção da obra em apreço, os seus proprietários e demais interessados conhecidos se encontram identificados nas plantas parcelares e no mapa de áreas anteriormente referidos;

Considerando que os encargos a suportar, pela EUROSCUT AÇORES, com as expropriações, se estimam em € 649.982,75, encontrando-se caucionado o fundo indispensável para o pagamento das indemnizações a que houver lugar, em conformidade

com o n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro.

Assim, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e dos artigos 15.º e 90.º, n.º 1, ambos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, o Conselho do Governo resolve:

1 - Declarar a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas de terreno e direitos a elas inerentes, identificadas nas plantas parcelares BAAL – P20.1.0 – SC13 – 01B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 02B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 03B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 04B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 05B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 06B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 07B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 08B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 09B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 11B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 12B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 13B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 14B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 15B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 16B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 17B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 18B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 19B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 20B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 21B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 22B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 23B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 24B, BAAL – P20.1.0 – SC13 – 25B e respectivo mapa de áreas anexos à presente resolução, da qual fazem parte integrante, por necessárias à execução do “Lanço 3.1 – Barreiros/Algarvia – Aditamento 2”, que integra o objecto da concessão outorgada à EUROSCUT AÇORES – Sociedade Concessionária da SCUT dos Açores, SA, conforme previsto nas subalíneas vi) e vii) da alínea a) do n.º 2 da Base II, anexa ao Decreto Legislativo Regional n.º 44/2006/A, de 2 de Novembro.

2 - A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Santa Cruz da Graciosa, em 15 de Junho de 2011. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

(VER ANEXOS NO DOCUMENTO ORIGINAL - JOA-IS N.º 103)